

A TRILHA DA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA SERRA CATARINENSE – A CASA FAMILIAR RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO – COMUNIDADE DE SANTO ANTÔNIO DOS PINHOS-SC

GOULART, Mailza Maria Rosa – UNIPLAC – saiza@uniplac.net

GT: Educação Popular / n.06

Agência Financiadora: Sem Financiamento

O Movimento de Implantação das Políticas de Educação do Campo tem refletido sobremaneira a situação das escolas nos territórios rurais. Com a criação da S E C A D - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade /MEC abriu-se o debate em torno desta problemática em várias regiões do Brasil. O grande nó observado a Escola que, por longo tempo funcionou nas comunidades do interior do país, esteve intimamente vinculada a produção de um modelo urbano de mundo. Negligenciou as realidades do campo com áreas de produção de conhecimento e saberes.

A LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 9394/96 trata, no Artigo 28, sobre as adaptações necessárias na oferta de Educação Básica para a população rural e a partir da organização dos Movimentos Sociais, algumas políticas públicas começam a aparecer no cenário nacional e estadual, direcionando a Educação a ser desenvolvida no meio rural.

Neste momento, este estudo de forma ainda exploratória vem contribuir para a socialização de experiências, cujas temáticas perpassam pela educação do campo e suas múltiplas relações com o desenvolvimento social. Assim, nosso desejo maior é narrar o processo de formação na Casa Familiar Rural do município de São José do Cerrito – Comunidade de Santo Antônio dos Pinhós - SC, analisando em que medida a proposta de Educação do campo, contempla a complexidade desta realidade.

Para a construção destes caminhos temos nos firmado na trilha metodológica etnográfica acompanhando e vivenciado experiências na Escola e na comunidade. O município de São José do Cerrito é um pequeno município da Serra Catarinense, distante 270 quilômetros da capital – Florianópolis - Santa Catarina e a 40 quilômetros de Lages. Integra a Associação dos Municípios da Região Serrana – AMURES. A principal atividade econômica do Município é a agricultura, desenvolvida, na maioria dos casos, em pequenas propriedades. Uma parcela significativa da população vive em áreas rurais (33%, segundo o Censo de 2000). Trata-se de um daqueles municípios que contradiz o Censo de 2000, o qual apontava um grau de 81,2% de urbanização do Brasil. Segundo (VEIGA, 2003) “ além de apresentar baixa densidade demográfica, sua

sede – a “cidade” – tem características predominantemente rurais. Fato facilmente constatado na forte ligação com o campo, seja nos hábitos de vida, na representação cultural, nos setores de trabalho, no lazer ou na história familiar”. PEIXER (2002) ao referir-se à formação dos espaços urbanos na nossa região”. Destaca que [...]o espaço de representação ou seja, o espaço de projeção, de construção de símbolos, utopias, planos de (r e)significações das práticas espaciais remete-se, neste caso às relações e produções dos territórios simbólico coletivos que sustentam as identidades e que trazemos para este trabalho para delinear a identidade do povo de São José do Cerrito sujeitos sociais da pesquisa.

Segundo PESSOA (2005, “O que marca as ruralidades nas pessoas é a relação com a terra, com o plantar. A terra como cultivo e criatório, ainda é muito a referência formadora das nossas mentalidades”. Nesta dimensão apresentada por Pessoa, consideramos que São José do Cerrito encontra-se nestas categorias sociais onde o Censo demonstra dados que não representam esta realidade . Conforme os dados 80% da população em sua origem é cabocla. Para LOCKS (1998) O termo “caboclo, normalmente é usado para designar do ponto de vista étnico, o tipo humano descendente do cruzamento entre o elemento branco europeu com o índio e um pouco de negro”.

Além do pensamento hegemônico do urbano sobrepondo-se ao rural – que influencia também os povos do campo – um outro fator a ser considerado é a herança histórica do coronelismo na região serrana de SC, que segundo MUNARIM (2000) contribuiu para a formação de um povo que se mostra muitas vezes passivo, incapaz de questionar e se mobilizar diante de alguma determinação.”O autor salienta ainda , que estas relações estabelecem notada mente implicações ideológicas à Educação .

Compreende-se desse modo que estas questões são complexas e exigem leituras interdisciplinares, TAMANINI (1998) nos ajuda a refletir que pensar a sociedade exige estudos das culturas, das etnicidades, dos poderes e suas preservações levando em conta as questões do meio ambiente, a diversidade sócio-econômica e cultural e tendo como premissa a própria significação da comunidade sobre o que deve ser preservado e construído socialmente. Assim este estudo, também aponta para questões pertinentes, a diversidade sócio -econômica -cultural, que estão imbricadas na formação do jovem agricultor aluno da CFR.

Nesta trilha reflexiva cujas realidades objetivas e subjetivas são intrínsecas

ARROYO (2004:79) ressalta que a começar pelo reconhecimento da imagem de ambiente rural arraigada em nossa sociedade, e a relação desta com a Educação oferecida aos moradores do campo:

A cultura hegemônica trata os valores, as crenças, os saberes do campo de maneira romântica ou de maneira depreciativa, como valores ultrapassados, como saberes tradicionais, pré-científicos, pré-modernos. Daí que o modelo de educação básica queira impor para o campo currículos da escola urbana, saberes e valores urbanos, como se o campo e sua cultura pertencessem a um passado a ser esquecido e superado.

A despeito do que determina o artigo nº28 da LDB 9394/96 constata-se que o calendário escolar não sofre adequações diante do calendário agrícola. Pelo contrário, confirmou-se que os professores deveriam avisar a Secretaria da Educação Local quando os alunos faltassem por dias consecutivos em época de plantio ou de colheita, e recorrer , até mesmo, ao Conselho Tutelar. Isto demonstra o total descuido com a identidade do homem do campo, produtor do alimento consumido no local e na região, afora as questões de responsabilidade com as políticas públicas.

Constata-se aí a negação das identidades e das diversidades dos sujeitos sociais do campo a partir das imagens presentes na cultura material e imaterial: livro didático, desenhos em quadrinho nas representações das festas juninas de clubes e escolas e na organização do espacial urbana. Nestas caminhadas observamos através daquilo que foi escrito e dito pelas pessoas que São José do Cerrito reagiu ao modelo oficial de Ensino quando da implantação do processo de Nucleação da Escolas Multisseriadas da Rede Municipal. Esta diferença foi marcada especialmente pela organização dos Movimentos Sociais

“No meio rural, excetuando os movimentos de educação de base e de educação popular, o processo educativo sempre esteve atrelado à vontade dos grupos hegemônicos do poder, não conseguindo deslocar seus objetivos e a própria ação pedagógica para esferas de caráter sócio - cultural especificamente campesinas.” LEITE (1999:111-112).

A Educação do Campo deverá estar integrada aos demais setores da agricultura, através de políticas públicas que permitam a integração das atividades da sociedade civil (BOTTEGA, 2005) . [...] podemos dizer que a Pedagogia da Alternância está sempre se organizando pedagogicamente utilizando as diversas correntes da Pedagogia ativa ou Métodos ativos) ”A fórmula encontrada por agricultores e lideranças foi à criação da Casa Familiar Rural, que tem como objetivo a formação profissional e pessoal do jovem

agricultor, bem como, é um a proposta voltada para a defesa de uma formação escolar ligada à realidade local.” (ESTEVAM, 2003)

Para SILVA (2004), A intensificação da comunicação entre a cidade e o campo, facilitando o acesso a bens e valores urbanos, bem como o desemprego e o aumento da violência nos grandes centros urbanos, acabou por produzir uma situação em que a vida na cidade deixa de ser tão atraente como há 20 ou 30 anos) o autor conceitua esta problemática de o “o novo rural”.

Este trabalho vem mostrando que a CASA FAMILIAR RURAL contribui para o enraizamento cultural dos alunos do campo, na afirmação das identidades do campo em convívio com o homem urbano, não apenas em fixar o espaço físico da escola na comunidade , mas em manter uma pedagogia de Educação Rural. Diante das reflexões sugeridas, acreditar no Projeto de Educação do Campo, nas Políticas Públicas de Educação, admitindo que para se conhecer o mundo, é necessário conceber o “conhecimento como presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade”. Acreditar numa “Pedagogia da Esperança” do que fala Paulo Freire (FREIRE, 1983) é ter esperança de que a realidade pode ser transformada.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. In: Arroyo, Miguel; CALDART, Roseli; MOLINA, Mônica (org.). *Por Uma Educação do Campo*: Vozes, 2004
- BOTTEGA, Maria dos Passos Viana . **Currículo e Concepção de trabalho: O caso da Casa Familiar Rural de São José do Cerrito - SC** .Monografia de Especialização - Disc de Formação para o Magistério Superior .UNIPLAC.Lages –SC-2005
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB no. 9394/96**
- ESTEVAM, Dimas de Oliveira .-.**Casa Familiar Rural- a formação em base na pedagogia da alternância**.Dimas de Oliveira Estevam -Florianópolis:Insular.2003.
- FREIRE, Paulo - **Extensão ou Comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Prefácio de Jacques Chonchol .7a ed.Rio de Janeiro,Paz e Terra,1983.93p.(O Mundo, Hoje, v.24
- IBGE-2000**
- LEITE, Sérgio Celani . **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999
- LOCKS, Geraldo.**A Identidade dos agricultores Familiares Brasileiros de São José do Cerrito –SC**. Florianópolis, 1998, 198 f .Dissertação Mestrado em Antropologia Social-programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC-SC

- MARTINS, José de Souza, Exclusão Social e a nova desigualdade. José de Souza Martins.-São Paulo: Paulus, 1997.-(coleção temas de atualidade).
- MUNARIM, Antônio. **A práxis dos movimentos sociais na região de Lages.** (dissertação de doutorado.). Florianópolis: UFSC, 1990.
- PEIXER, Zilma Isabel- A cidade e seus tempos: processo de constituição do espaço urbano em Lages / Zilma Izabel Peixer- Lages. Editora UNIPLAC, 2002
- PESSOA, Jadir de Moraes - **Saberes em festa : gestos de ensinar e aprender na cultura popular**/Jadir de Moraes Pessoa.-Goiânia: Editora da UCG; Editora Kelps .2005.94p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE São José do Cerrito – SC. **Lei Municipal nº 421, 1998.**
- SILVA, José Graziano. **O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização,** v.7/Editores técnicos, Clayton Campanhola, - Brasília, D F: Embrapa Informações Tecnológicas, 2004
- TAMANINI, Elizabete-**Arqueologia histórica e cultura material** – Campinas -São Paulo :UNICAMP, Instituto de Filosofia Ciências Humanas, (Coleção Idéias) 1998.
- VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** 2 a. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.